

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

PATRIMÔNIO URBANO E PAISAGEM: O PAPEL DO INBI/SU EM TIRADENTES/MG

PAISAGEM COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA: UM PROJETO INCONCLUSO

Alba Nélida de Mendonça Bispo
UFSJ
bispo.alba@gmail.com

Luciana Araujo Bonuti
IPHAN
lubonuti@gmail.com

PATRIMÔNIO URBANO E PAISAGEM: O PAPEL DO INBI/SU EM TIRADENTES/MG

RESUMO

Este trabalho investiga o papel do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI/SU) como instrumento de proteção do conjunto de Tiradentes/MG, objetivando identificar os atributos paisagísticos existentes na relação entre o território e a cidade que conferem valores patrimoniais. As transformações da paisagem documentam os processos de formação, consolidação e crescimento da cidade, de modo que ao destacar os predicados paisagísticos do conjunto pretende-se evidenciar os valores que motivaram seu tombamento. Esta análise considera o período de aplicação do INBI/SU (1990-1994), destacando permanências e transformações na conformação da paisagem atual. Este artigo estrutura-se em três sessões: primeiramente, apresenta os discursos de valoração da paisagem como patrimônio; posteriormente, identifica os principais atributos paisagísticos; enfim, destaca o papel do Inventário na preservação da cidade e da paisagem. Os discursos de valoração da paisagem como patrimônio revelam-se através das cartas patrimoniais e recomendações internacionais reunidas por Isabelle Cury, dos trabalhos de Márcia Sant'Anna e Lia Motta sobre preservação urbana e da documentação do IPHAN para a proteção de Tiradentes. Metodologicamente, identificam-se os atributos paisagísticos da cidade que refletem os valores patrimoniais, considerando as noções de paisagem ventiladas pelo geógrafo Rafael Ribeiro, pela UNESCO nas "Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial" e pela Portaria 127/2009 do IPHAN sobre a paisagem cultural brasileira. Enfim, discute-se como as noções paisagísticas podem ser estrategicamente adotadas na preservação através do INBI/SU em Tiradentes, contribuindo enquanto reflexão crítica sobre a noção de paisagem a partir do campo do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Paisagem; Inventário; Patrimônio.

URBAN HERITAGE AND LANDSCAPE: THE INBI/SU EXPERIENCE IN TIRADENTES/MG

ABSTRACT

This paper investigates the experience of the National Inventory of Real Estate in Urban Sites (INBI/SU) as a protection instrument of Tiradentes/MG, aiming to identify the landscape peculiar quality in the relationship between the territory and the city that confer inheritance values. The landscape changes inform the processes of formation, consolidation and growth of the city, so the landscape gives evidence of the values that motivated the protection as a national heritage. This analysis considers the time frame of the implementation of INBI/SU (1990-1994), emphasizing continuities and changes in the conformation of the current landscape. It is structured into three sections: first, shows the speeches about values of the landscape heritage; subsequently identifies the main landscape distinguishing marks; finally, the experience of the Inventory in preserving the city landscape. The speeches about landscape values are revealed through letters and international recommendations incorporated by Isabelle Cury, the production of Marcia Sant'Anna and Lia Motta on urban conservation and the documentation on the city's protection for the IPHAN. Methodologically, identifies the landscape peculiar quality of Tiradentes that reflect the values, considering the landscape notions by geographer Rafael Ribeiro, by the UNESCO in the "Technical Guidelines for Implementation of the World Heritage Convention" and the governmental decree 129/2009 about the Brazilian cultural landscape. Finally, it discusses how the landscape notions can be strategically adopted in preserving through INBI/SU in Tiradentes, contributing as a critical reflection about the landscape and the cultural heritage field.

Keywords: Landscape; Inventory; Heritage.

1. Valoração e proteção da paisagem como patrimônio

A primeira parte deste artigo investiga como a paisagem é valorada e protegida no campo do patrimônio cultural. Primeiramente, destacam-se os principais discursos de valoração da paisagem como patrimônio, através de um breve panorama histórico, visando traçar um paralelo entre as cartas patrimoniais e o contexto brasileiro de patrimonialização da paisagem. Posteriormente, elencam-se os principais instrumentos de proteção patrimonial à paisagem, visando destacar as noções e categorias de paisagem cultural abordadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

1.1 Discursos de valoração da paisagem como patrimônio: breve panorama histórico

A valoração da paisagem como patrimônio é discutida em âmbito internacional, notadamente nas cartas patrimoniais, com repercussão no Brasil. Prevista na Constituição Federal de 1988, a preservação da paisagem como patrimônio brasileiro foi efetivada já nos primeiros tombamentos federais através no Decreto-Lei nº 25/1937 do IPHAN que prevê a inscrição de bens no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, embora a paisagem fosse abordada como cenário ou plano de fundo para os monumentos, assumindo papel coadjuvante.

A Carta de Atenas de 1931 apresenta uma preocupação com a visibilidade dos monumentos e sua vizinhança, entretanto, a paisagem encontra-se subordinada ao objeto tombado, conforme noção incorporada no Decreto-Lei nº 25/1937 do IPHAN, no Artigo 18:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937)

A Convenção de Washington para a Proteção da Flora e da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América de 1940 se preocupa em proteger e conservar a paisagem de beleza rara, especialmente as naturais. Já a Recomendação de Paris de 1962 considera os centros históricos como parte do meio ambiente e compreendidos no planejamento territorial. Nesse contexto, embora ainda houvesse uma preocupação dicotômica com a preservação da natureza em si e o patrimônio edificado, o IPHAN eleva à monumento nacional uma série de bens como patrimônio natural, dentre os quais destacam-se as Praias de Paquetá e os Morros da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, ambos tombados através do Processo nº 99-T-1938 com inscrição nos livros de tombo histórico e de belas artes, mas que não foram

inscritos no livro de tombo paisagístico. Já o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Ilha da Boa Viagem em Niterói/RJ viria a ser tombado nos três livros conforme o Processo 164-T-1938.

O papel da paisagem, quanto à sua relevância, se modifica com a Convenção para Proteção do Patrimônio Natural e Cultural de 1972 conferida pela UNESCO que estabelece critérios de paisagem e a Recomendação de Nairóbi de 1976 que define o que é um conjunto histórico e expõe a ideia de ambiência como um quadro ao redor que influi na percepção do bem protegido. Já a Carta de Washington de 1987 preocupa-se em valorizar e preservar as relações da cidade histórica com o seu entorno natural ou criado pelo homem. Nesse ínterim, “a paisagem ora é o próprio objeto de preservação, ora é a ‘moldura’ ou o ‘invólucro’ que protege o monumento ou o bem reconhecido como patrimônio” (CARNEIRO; SILVA, 2012, p.295).

A partir de década de 1980, portanto, os inventários iriam incorporar perspectivas mais amplas sobre a relevância dos elementos paisagísticos, para além dos aspectos estéticos relacionados à caracterização arquitetônica e urbanística dos conjuntos tombados nos primeiros anos de atuação do IPHAN, ainda na década de 1930. No caso de Tiradentes, especificamente, o INBI/SU viria traçar novas diretrizes de gestão para o núcleo tombado a partir de uma noção mais ampliada e avançada dos conceitos de entorno e paisagem que foram incorporadas na leitura da cidade como documento.

1.2 Instrumentos de preservação da paisagem cultural: noções e categorias

Em 1992, a ONU organizou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro e, a partir da revisão da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, a UNESCO instituiu a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, antes enquadrados como bens naturais ou culturais.

Atualmente, o Comitê do Patrimônio Mundial define as paisagens culturais como bens que “ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas” (UNESCO, 2014).

A UNESCO divide as paisagens culturais em três categorias principais: *Paisagem claramente definida* que é concebida e criada intencionalmente pelo homem, incluindo as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que geralmente estão associadas a construções ou conjuntos religiosos; *Paisagem essencialmente evolutiva* que reflete o processo evolutivo na sua forma e na sua composição, tendo atingido sua forma atual por associação ou em resposta ao ambiente natural; *Paisagem cultural associativa*, justificada

“pela força da associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes” (UNESCO, 2014).

Além disso, buscando integrar a conservação do patrimônio urbano com o desenvolvimento socioeconômico, em um relacionamento equilibrado entre ambiente urbano e natural, bem como entre as necessidades do presente e os legados do passado, o Memorando de Viena de 2005 apresenta a noção de *Historic Urban Landscape* – HUL ou paisagem urbana histórica. A noção de paisagem urbana histórica está conectada às expressões sociais associadas ao lugar e é formada de elementos que lhe caracterizam, incluindo usos do solo, formas de ocupação e organização espacial, relações visuais, topografia, vegetação e elementos de infraestrutura técnica.

No Brasil, a preservação da paisagem vêm sendo discutida através da Portaria nº 127/2009 do IPHAN que institui o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira que constitui “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009) Um dos principais desafios deste instrumento é estabelecer um pacto de gestão como condição para salvaguarda do bem acautelado como paisagem cultural que funciona quase como um plano local ou regional de desenvolvimento, em que o patrimônio cultural é o foco central. De fato, a chancela parte do entendimento de que é preciso garantir a continuidade dos fatores motivacionais dos agentes detentores da paisagem cultural por meio de ações de fomento, monitoramento, valorização e incentivo.

Nesse contexto em que o sítio histórico começa a ser compreendido a partir das relações históricas, estéticas, sociais e paisagísticas da cidade com o meio natural, de fato, observamos a definição de áreas de entorno para monumentos e centros históricos, considerando o conceito ampliado de ambiência, com revisão das áreas de proteção do centro histórico tombado a partir das relações existentes entre a delimitação geográfica do território e o desenvolvimento processual da urbe.

Conforme explicita SANT’ANNA (2005), esse conjuntura apresenta uma ampliação da visão de *cidade-monumento* para *cidade-documento*, conforme será abordado a seguir, que subsidiariam a elaboração das diretrizes de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes, escolhido como projeto-piloto para aplicação do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos – INBI/SU.

2. Atributos paisagísticos de Tiradentes a partir do INBI/SU

A segunda parte deste artigo destaca os atributos paisagísticos de Tiradentes a partir do INBI/SU¹ que é uma metodologia pensada para cidades, centros históricos e conjuntos arquitetônicos cujo objetivo é promover a gestão do patrimônio urbano a partir do entendimento da sua forma e dos significados a ela atribuídos, a partir da leitura da cidade como documento.

2.1 O conceito de cidade-documento

Conceitualmente, o INBI/SU se baseia na compreensão da *cidade-documento*: “cidade como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais sucessivos resultantes da permanente apropriação das coisas do passado, documentando a trajetória de uma sociedade” (IPHAN, 2007b, p.146). Tal conceito se contrapõe a ideia de *cidade-monumento* – obra de arte pronta, esteticamente uniforme e expressão autêntica da nacionalidade – que norteou as ações do IPHAN nos seus primeiros anos de atuação.

Por esse viés, a cidade como organismo dinâmico reflete-se em ações de preservação que viabilizem tanto permanências quanto mudanças: ao mesmo tempo em que procuram permitir o desenvolvimento socioeconômico, pretendem também manter os valores que justificaram sua preservação. A importância da forma da cidade está implícita à noção de documento que não está limitada ao estilo ou estética, mas constituída pelo traçado urbano, subdivisão dos lotes, volumes construídos, vazios, pois “a forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo” (IPHAN, 2007b, p.146).

Segundo as pesquisas de SANT’ANNA (1995), o contexto de aplicação do INBI/SU em Tiradentes está ligado ao período em que o tombamento e as atividades de salvaguarda são entendidos como instrumentos de política urbana. A prática de seleção de áreas patrimoniais na década de 1980 deixa de lado a questão estética e passa a se fundamentar nos aspectos históricos: a cidade-documento como “objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases de sua história” (SANT’ANNA, 2005, p.210). Entendida pela pesquisadora como uma experiência inovadora para o período, o INBI/SU é visto como uma metodologia coerente quanto aos conceitos abordados e se contrapõe a um quadro geral de atuação do IPHAN onde normas, critérios de intervenção e

¹As análises do INBI/SU deram origem a Proposta de Critérios e Normas de Proteção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes, utilizada desde 1994 quando aprovada na ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

portarias de controle do uso do solo eram realizados de modo empírico, sem apoio teórico ou metodológico consistente, permanecendo a prática do controle estético e fachadista.

2.2 O INBI/SU em Tiradentes

Dentro desse contexto, a aplicação deste Inventário em Tiradentes, ocorrida no final da década de 1980 até 1994, dedicou-se a reunir e sistematizar os dados sobre o centro histórico tombado, coletados a partir dos levantamentos de campo, de fontes documentais e sobre a história de atuação do IPHAN. Do entendimento da cidade como documento foram destacados importantes pontos para conformação da paisagem tiradentina, onde foram identificadas as seguintes características: as formas de produção do espaço, as transformações dos seus usos, os vestígios das formas que cederam lugar a outras e também os vazios que deixaram marcas no território. Estas características serão destacadas neste trabalho como atributos paisagísticos do conjunto tombado de Tiradentes.

A documentação do Inventário destaca a Serra de São José, o contorno dos rios e as baixadas ao longo da Santíssima Trindade como as principais referências geomorfológicas para a implantação da cidade. Esses elementos físicos exerceram papel determinante como balizadores do espaço construído. Outras referências importantes para a construção da paisagem são: as antigas áreas de exploração do ouro; a topografia elevada conveniente à implantação do núcleo tendo em vista as soluções naturais de salubridade e escoamento das águas pluviais; os principais caminhos de entrada e saída do arraial.

Segundo os estudos do INBI/SU sobre a formação e organização do arraial, a Igreja Matriz de Santo Antônio é a referência básica para a implantação da sede do poder público e religioso local, constituindo o “espaço do poder”, onde se localizará também o Pelourinho e a Casa de Câmara. Esse espaço constitui-se como principal polo de atração e irradiação da ocupação do território. Distante a aproximadamente 1 km deste centro, a área do Canjica foi ponto de exploração de ouro que não chegou a se consolidar como um arraial, firmando-se como “espaço da produção” da vila e polo secundário de atração da ocupação urbana. Ao longo do século XVIII se processa a consolidação da ocupação a partir do eixo da Matriz em direção ao Chafariz de São José, delineando a ligação da parte alta com o baixio e áreas alagadiças de serviço da Vila, dando-se o surgimento de novas ruas e a construção de pontes e igrejas. A localização dos seis Passos da Paixão marcando o percurso das procissões já denotava os limites do território que se desenvolveria como espaço urbano:

(...) um no Largo das Forras, que balizava a ocupação do núcleo setecentista; dois na rua Direita e um na rua Padre Toledo, principais eixos transversais ao eixo da Matriz, e

os dois últimos nos Largos do Ó e do Pelourinho, ambos no principal eixo inicial de formação do núcleo a partir da Matriz (IPHAN, 2007a, p.25)

O eixo da Rua Direita, com situação geográfica menos privilegiada, abriga a Igreja do Rosário dos Pretos e a Cadeia Pública, e, ao se afastar, demonstra uma ocupação provavelmente de um período posterior, com a maior concentração de sobrados da Vila, junto ao Largo das Forras.

Através dessas características de formação histórica do território o INBI/SU demarca como núcleo básico inicial de formação da Vila - o núcleo setecentista - o traçado que é hoje formado pelas ruas da Câmara, Chafariz, Jogo da Bola e as aberturas para as ruas Direita e Padre Toledo, como trilhas que demarcariam o sentido fundamental do processo de ocupação e desenvolvimento da Vila. Nesse núcleo básico surgiram também becos e caminhos de acesso às "áreas de serviço", tais como a beira-rio e as fontes d'água, e ao "espaço da produção" - área do Canjica.

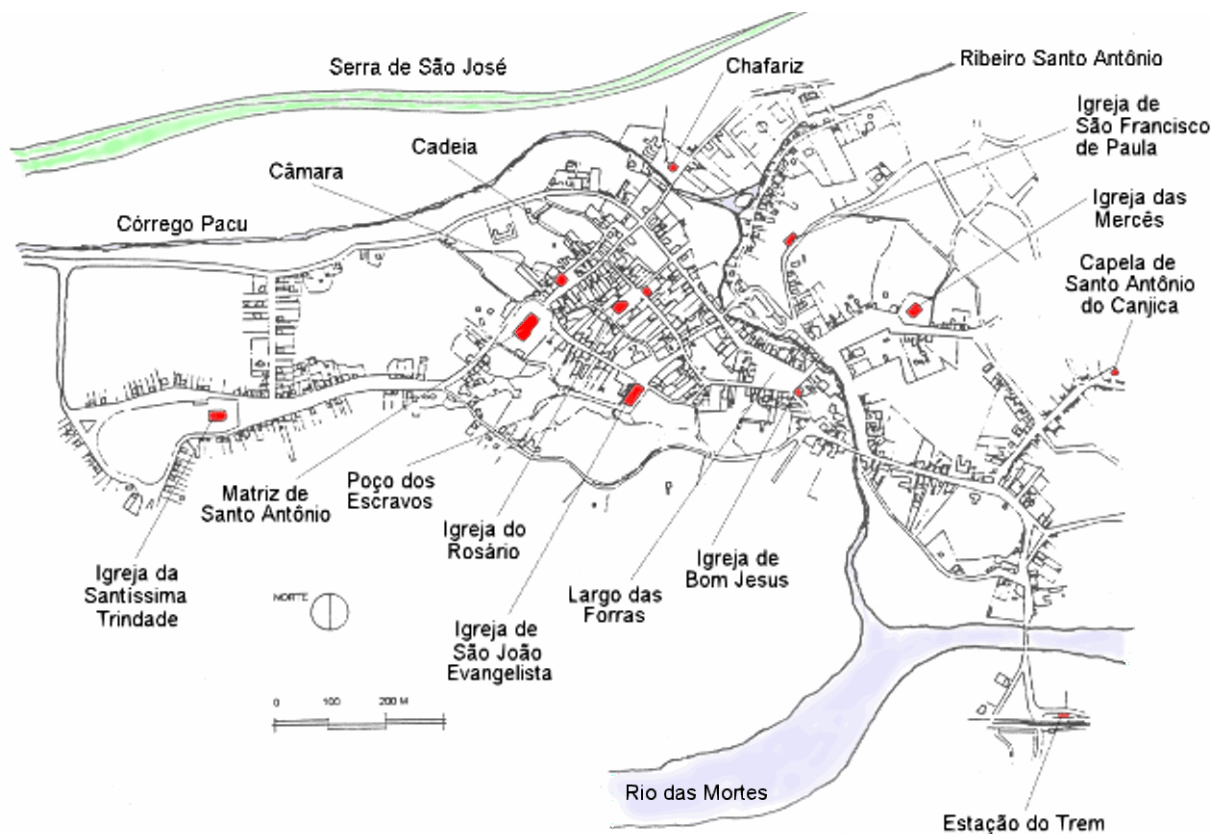


Figura 01 - Mapa das principais referências históricas e geomorfológicas de Tiradentes: destaque dos principais marcos edificados e naturais do sítio. Fonte: IPHAN, 2007, p.19.

2.3 A importância da morfologia

O INBI/SU também produz uma análise morfológica do núcleo setecentista cujas características formais possibilitaram o estabelecimento dos valores a preservar. Os dados

do levantamento de campo concluído em 1991 possibilitam analisar o traçado, o parcelamento, a ocupação do solo e a tipologia arquitetônica.

Com características comuns a outras cidades mineiras do período, como as ruas definidas pelo casario e a presença dos largos, Tiradentes apresenta algumas particularidades em seu traçado como a presença de becos. Inicialmente, quase todos os lotes tinham acesso pela frente e pelos fundos, sendo a frente voltada para as ruas e os fundos para os becos e áreas de serviço. Há ainda becos com intensa vegetação, como os do Pacu e da Pedreira.

Assim também a implantação de edificações importantes, como as igrejas de São Francisco de Paula, das Mercês e da Santíssima Trindade, fora do contexto urbano da época gerou no traçado a presença marcante de vazios – áreas que poderiam ter sido adensadas ainda no século XVIII, mas que permanecem sem ocupação, ou só foram ocupadas posteriormente. Para essas áreas, a hipótese é a de que, caso tenha havido uma ocupação primitiva, ela teria sido frágil ou rarefeita, não tendo chegado ao início do atual século, conforme registros fotográficos e informações recolhidas entre os moradores entrevistado no Inventário.

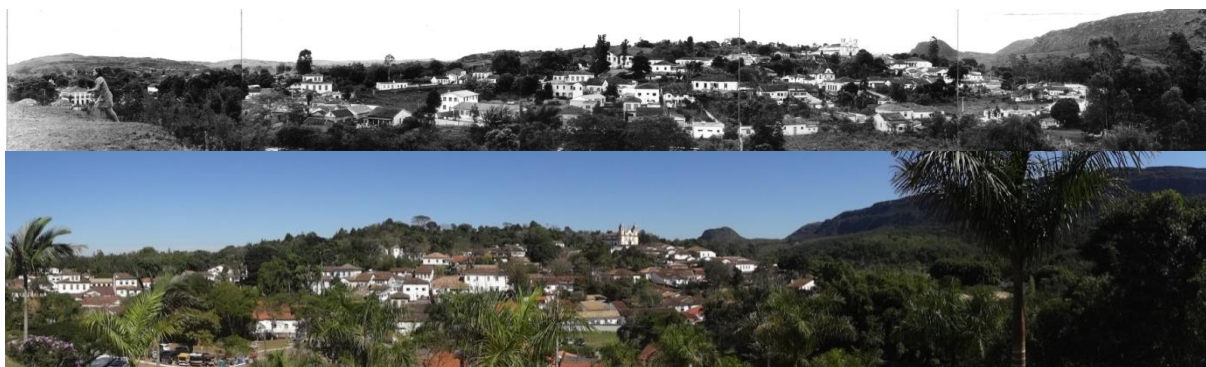


Figura 02 – Vista panorâmica dos elementos construídos do centro histórico e vazios da paisagem natural, a partir da Igreja de São Francisco de Paula; notar a posição destacada da Matriz, a preservação da leitura da cumeada vegetada e a Serra de São José. Fonte: IPHAN, s/data; 2015.

Em relação aos lotes, percebe-se a ocupação em parcelas menores apenas no eixo inicial da cidade (Rua da Câmara, Chafariz e Jogo da Bola) e na sua proximidade imediata. Nessa área, os lotes são inferiores a 600m², enquanto no restante do núcleo urbano os lotes apresentam maiores dimensões. O remembramento e desmembramento de muitos lotes da estrutura original de Tiradentes são evidentes. Em muitos casos este tipo de modificação faz parte do próprio sentido de reapropriação histórica dos espaços, mas em outros as modificações se mostram comprometedoras, como os desmembramentos nos fundos dos lotes que transformam os antigos becos em ruas.



Figura 03 – Caracterização do traçado histórico pelo INBI/SU com identificação dos becos, largos e seus respectivos passinhos. Fonte: IPHAN, 2007, p.33.

Para a análise da ocupação dos lotes foram utilizados três referenciais: as taxas existentes, considerando-se a totalidade dos acréscimos; as dimensões da planta principal das edificações que considerou apenas os acréscimos contínuos; as dimensões da planta típica tiradentina. O INBI/SU conclui que a maior parte dos lotes têm taxa de ocupação inferior a 30% e área menor que 180m². Assim, mesmo considerados os acréscimos contínuos, as edificações de Tiradentes são de pequeno e médio porte. Complementando essas informações foi identificada a planta típica tiradentina: aquela que determinou a estrutura básica das edificações no século XVIII, marcando as principais águas do telhado e a distribuição dos vãos.

Com relação ao gabarito, as edificações são predominantemente térreas. No núcleo setecentista existem apenas 10 sobrados e 4 edificações com corpo saliente no telhado ou com 2º pavimento parcial recuado. Em função da topografia, no entanto, algumas edificações aproveitam o desnível do terreno com subsolos, proporcionando uma área maior de construção, mas contribuindo para manter a planta térrea com reduzidas dimensões.

Esses elementos foram observados pela equipe que participou do INBI/SU como qualificadores da área tombada, responsáveis pelas características que foram valoradas

ainda em 1938, época de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes. Tais características foram utilizadas para a construção das normas de preservação do sítio e contribuem para a salvaguarda da paisagem do conjunto tombado.

3. O papel do INBI/SU na preservação de Tiradentes: da cidade-documento à preservação da paisagem

As normas de intervenção para Tiradentes resultantes do INBI/SU levam em conta a ocupação histórica do território para definição de oito setores de preservação cuja descrição encontra-se referenciada em elementos geomorfológicos que caracterizam o sítio em suas particularidades, de modo que para cada setor foram propostos critérios e diretrizes diferenciados levando em conta a conformação histórica e sua caracterização paisagística.

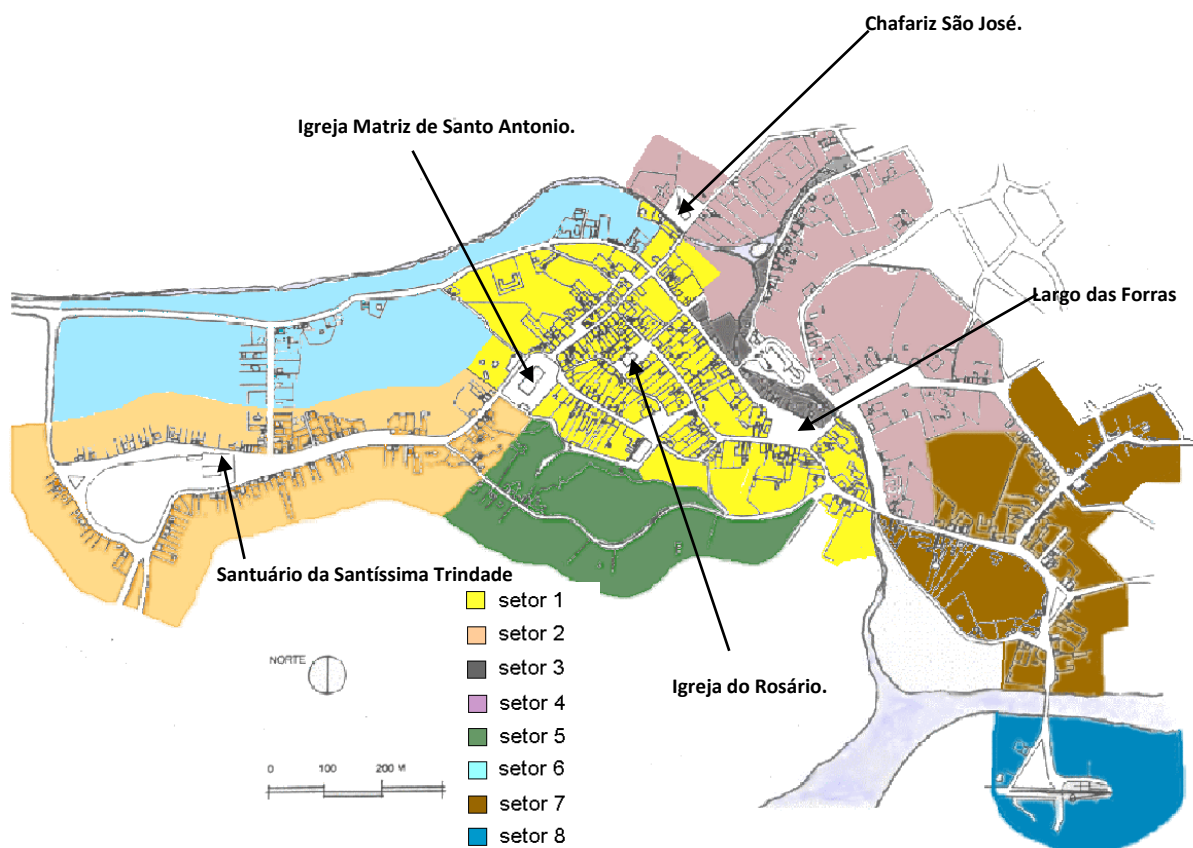


Figura 04 – Mapa dos setores de preservação estabelecidos pelo INBI/SU. Fonte: IPHAN, 2007, p.48.

3.1 Marcos referenciais da paisagem tiradentina

O Setor 01 integra uma monumental linha de força da paisagem que parte da Matriz em direção ao casario tradicional das enladeiradas Rua da Câmara e Rua Jogo de Bola, ambas bipartidas pelo antigo Largo do Pelourinho e seu respectivo Passinho, junto ao destacado

prédio do Fórum e atual Câmara, cuja sacada e escadaria imponente são salientes ao alinhamento frontal dos demais imóveis do casario. Partindo da Matriz pelo eixo da Rua Jogo de Bola segue-se a ladeira abaixo, entrecortada pelo Beco do Pacu, até conformar-se no Largo do Ó e seu respectivo Passinho. Além disso, deste eixo da Matriz obtém-se uma visada ampla do sítio histórico, dos principais eixos do espaço do poder e da monumental Serra de São José que se apresenta como marco referencial paisagístico da cidade.



Figura 05 – Vista a partir da Matriz para os eixos do espaço do poder: Passinho do antigo Pelourinho, prédio do antigo Fórum e Serra de São José ao fundo. Fonte: IPHAN, 2007, p.27.

A linha de visada monumental que parte da Matriz prossegue até o cruzamento do chamado “quatro cantos de Tiradentes” conformado no encontro da Rua da Câmara, Rua do Chafariz, Rua Direita e Beco, onde se localizam dois exemplares de destaque na arquitetura civil da cidade: o Sobrado Ramalho e o Sobrado dos Quatro Cantos. Deste eixo de poder, transversalmente à Rua da Câmara, partem as demais linhas de força da paisagem, de modo a conformar os outros trechos de ocupação mais antiga constituído pelo casario da Rua Padre Toledo e da Rua Direita, que seguem em direção ao Largo do Sol e ao Largo das Forras, com seus respectivos Passinhos. Estes logradouros constituem os eixos de ocupação mais antigos onde o jogo de cheios e vazios das fachadas e o alinhamento do casario à rua reforçam a imagem histórica da paisagem urbana tiradentina, onde a alta densidade construtiva é

amortecida na paisagem natural dos vazios arborizados do Beco da Matriz, Beco da Pedreira e dos extensos quintais.



Figura 06 – Relação do centro histórico de Tiradentes e a paisagem natural, com destaque para a densidade construtiva amortecida nos vazios arborizados. Fonte: Arquivo IPHAN, s/data.

O mapeamento do INBI/SU sobre essa densidade construtiva nos eixos de ocupação mais antigos, entretanto, não pressupôs que os vazios urbanos não pudessem ser ocupados ao longo do tempo, “congelando” a cidade tal como foi inventariada na década de 1990, mas estabeleceu diretrizes específicas para ocupações novas de modo a manter as relações entre cheios e vazios através do estabelecimento de taxa de ocupação e pavimentação máximas, bem como gabarito e alturas máximas, de modo a manter as relações de volumetria paisagística entre as massas edificadas e as massas vegetadas. Nesse sentido, o INBI/SU justifica a inserção do Largo das Forras no Setor 01 e destaca a relação das áreas densamente ocupadas com a paisagem natural conforme a seguinte descrição:

Este setor compreende o traçado urbano tradicional, ou seja, os principais eixos de consolidação do núcleo setecentista de Tiradentes, onde se concentram as edificações mais antigas. É, portanto, historicamente, a área mais densamente ocupada que, na sua relação com a paisagem natural, tornou-se responsável pela série de atividades locais, sócio-econômicas e culturais, principalmente ligadas ao turismo. O Largo das Forras, embora adensado nos últimos 30 anos, foi incluído neste SETOR por já ter-se

incorporado à imagem tradicional do sítio histórico. Representa na cidade a marca da ocupação dirigida pela intervenção do órgão nacional de preservação que, diferente do que se faz hoje, recomendou durante muito tempo a reprodução das características arquitetônicas setecentistas como forma de preservação. (IPHAN, 2007a, p.44)

Quanto aos atributos paisagísticos, o centro histórico de Tiradentes caracteriza-se pelas linhas de força da paisagem constituídas pelos eixos históricos de ocupação que conformam o “espaço de poder” em direção aos espaços abertos e públicos dos largos, onde estão estrategicamente locados os Passos da Paixão – os chamados “Passinhos”. Além disso, as vias de maior porte que conformam o “espaço de poder” se conectam com o “espaço da servidão” através de vias de menor calha que geralmente constituem becos que entrecortam discretamente a massa edificada do casario que conformam o núcleo setecentista.



Figura 07 – Visada da Capela de São Francisco de Paula a partir do Beco do Zé Moura que ainda mantém as características de espaço de servidão. Fotografia: Alba Bispo, 02/11/2014.

3.2 Atributos paisagísticos e históricos

A descrição de todos os setores considera aspectos históricos e paisagísticos na identificação e caracterização dos valores a serem preservados através das diretrizes do INBI/SU. De fato, a pesquisa histórica fornece subsídios à leitura urbana através da identificação de elementos morfológicos do sítio, quanto ao traçado, forma, dimensões e tipo de ocupação dos lotes e edificações. Além disso, o INBI/SU caracteriza as particularidades de cada setor do conjunto arquitetônico e urbanístico em relação aos elementos da paisagem natural, particularizando cada setor quanto aos usos e tipos de ocupações, conforme evidencia a descrição do Setor 04, por exemplo:

Este SETOR compreende áreas que, embora correspondam a diferentes momentos da ocupação do território e tenham características próprias, mantêm a mesma relação com o núcleo urbano tradicional mais densamente ocupado, ou seja, são áreas que se constituem em faixas de transição do núcleo urbano com a paisagem natural.

Nesse sentido, o Largo do Chafariz, marco histórico da cidade como principal ponto de serviço e abastecimento d'água, não chegou a se consolidar como área densamente ocupada em função das dificuldades de travessia do rio e de estar localizado em área alagadiça. Hoje em dia mantém a característica de área de baixo adensamento, fortemente integrada à paisagem natural.

Assim também, o Largo das Mercês - anteriormente integrado ao Largo das Forras, e caracterizado historicamente como local de entrada e saída em direção ao Canjica e outras localidades (Prados) - jamais foi densamente ocupado, guardando características atípicas devido às suas dimensões, ainda hoje, excepcionais em relação aos largos e ao padrão de ocupação encontrado no núcleo urbano setecentista.

O mesmo ocorre com a implantação da igreja São Francisco de Paula, cuja topografia contribuiu ainda mais para o não adensamento da área, embora recentemente venha ocorrendo uma ocupação desordenada no sopé do morro. (IPHAN, 2007a, p.45)

De fato, o termo “paisagem” é discutido por diferentes campos de conhecimento - geografia, arquitetura e urbanismo, paisagismo, ecologia, arqueologia, antropologia e sociologia urbana - que apresentam leituras diferenciadas sobre o conceito e a abordagem. No âmbito do patrimônio, especificamente, a noção de paisagem cultural vem sendo discutida enquanto testemunho da atuação humana sobre uma dada porção do território, cujas ações atribuem marcas culturais que caracterizam e singularizam lugares de memória e identidade cultural. Nesse sentido, o INBI/SU associa os aspectos naturais e históricos de conformação da paisagem tiradentina à caracterização arquitetônica e urbanística do sítio, particularizando diretrizes específicas para oito setores de preservação diante de suas singularidades.

3.3 Simbiose de aspectos naturais, materiais e imateriais que integram a paisagem

Em Tiradentes, as relações entre os referenciais materiais e imateriais são facilmente identificadas na paisagem, ora pela localização dos passos juntos aos largos, ora pela implantação dos monumentos religiosos em espaços de destaque nas linhas de força da paisagem que reforçam a relevância dos monumentos religiosos, largos e praças como pontos de referência em meio à paisagem natural.

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.
(Winter, 2007, p. 9)

Além das relações históricas, espacialmente demarcadas nos eixos de poder e de servidão, cabe destacar as relações religiosas tradicionais ainda presentes no cotidiano da comunidade tiradentina, como a execução dos tradicionais toques dos sinos² e os anúncios de interesse geral na rádio da Matriz, como informações sobre velórios, enterros, missas e outros eventos culturais. Estas relações imateriais conectam a população ao território, sobretudo através de manifestações tradicionais como a Festa da Santíssima Trindade, a Festa dos Passos e as procissões da Semana Santa, em que o percurso processional atravessa as ruas do centro histórico, reverenciando passinhos e monumentos religiosos.



Figura 08 – Integração visual entre bens religiosos: Passinho aberto durante as festividades da Semana Santa, Portada da Igreja N. S. Rosário e torre da Matriz de Santo Antônio, ao fundo.
Fotografia: Alba Bispo, 24/03/2016.

² O *Toque dos Sinos em Minas Gerais*, tendo como referência São João del Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes, é bem registrado pelo IPHAN, com Inscrição do Toque dos Sinos no Livro de Registro das Formas de Expressão - Registro nº 8, em 03/12/2009 e Inscrição do Ofício de Sineiro no Livro de Registro dos Saberes - Registro nº 7, em 03/12/2009.

Se a paisagem reflete e documenta as transformações da cidade, há de se resguardar as qualidades paisagísticas perceptíveis no conjunto tombado e sua relação com as áreas naturais, sobretudo frente ao intensificado processo de especulação imobiliária que ameaça ocupar áreas de cumeadas, áreas de preservação ambiental e áreas lindeiras à Serra de São José. Nesse sentido, a inserção de loteamentos e condomínios nas áreas de entorno do centro histórico deve considerar os atributos paisagísticos do sítio histórico de modo a não interferir na relação simbiótica existente entre o conjunto edificado e o território no qual se integra, considerando aspectos naturais, materiais e imateriais que integram a paisagem.

Na prática, os conceitos de paisagem cultural, territórios e itinerários culturais fazem parte de um esforço de ampliação do conceito de patrimônio cultural visando interpretar os bens culturais de forma diferenciada e em suas múltiplas ocorrências, materiais ou imateriais, dando-lhes maior coesão e significação histórica, cuja preservação implica na adoção de um modelo de gestão compartilhada. Assim, a paisagem é entendida como resultado de uma estratificação histórica dos valores e da cultura que se reflete em determinadas inscrições, materiais e imateriais, das relações do homem com o meio natural, sendo valorizada como patrimônio através da caracterização e preservação de seus atributos. Nesse sentido, a Chancela complementa o arcabouço legal de instrumentos que visam reconhecer e preservar o patrimônio cultural nacional, juntamente com o tombamento (Decreto-Lei nº 25/1937) e o registro (Decreto nº 3.551/2004).

Em suma, conclui-se que, embora não tenha sido aplicado com o objetivo de identificar e caracterizar os atributos paisagísticos do sítio histórico de Tiradentes, o INBI/SU contribui para a preservação da paisagem tiradentina como cidade-documento, especialmente através da adoção de critérios de intervenção específicos para cada setor que garantem a manutenção de relações históricas e paisagísticas, evidenciando os valores que motivaram o tombamento da cidade.

Para além dos limites do INBI/SU cabe ressaltar a necessidade de incorporar a perspectiva de outros campos, tais como da antropologia e da sociologia, no sentido de caracterizar e salvaguardar as manifestações culturais tiradentinas que estão vinculadas ao território e que o singulariza como paisagem cultural. Além dos elementos paisagísticos e históricos, identificados e caracterizados nos oito setores de preservação do Inventário, há de se considerar a necessidade de revisão e atualização da área protegida sob o viés da paisagem, sobretudo considerando as demandas atuais de desenvolvimento e expansão urbana da cidade, bem como as pressões de especulação imobiliária que já ameaçam ocupar áreas de morros, cumeadas, silhuetas e linhas de skyline que se mantiveram vegetadas e livres de ocupação, mantendo relações históricas muito particulares da cidade com a paisagem natural.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Decreto-lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasil: Dou, 06 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueirôa. Paisagem Urbana Histórica. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes (Org.). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 292-301. Disponível em: <<http://www.ct.cecibr.org/ceci/br/publicacoes/livros.html>>. Acesso em 07 jul. 2015.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPHAN. *Cidades históricas inventário e pesquisa*: Tiradentes. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007a.

_____. *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados*: Manual de preenchimento. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007b.

_____. *Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2016)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Portaria 127/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <<https://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-iphan-chancela-da-paisagem-cultural.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). *Inventários de Identificação*: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

Processo de Tombamento nº 66-T-38 do IPHAN. Disponível em meio digital no Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em Tiradentes.

RIBEIRO, A. R. S. C. Métodos de análise dos bens materiais naturais e culturais visando à conservação. In: Silvio Zancheti. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2002, v. 1, p. 143-147.

RIBEIRO, A. R. S. C.; MILET, V. Método de análise dos bens imateriais e método de leitura da imagem de uma área urbana para sua reabilitação. In: Silvio Zancheti. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2002, v. 1, p. 153-156.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. 152p.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1995.

UNESCO. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Lisboa: Comité Intergovernamental para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 2014.

UNESCO. *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <http://cdn4.psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.

UNESCO. *Vienna Memorandum*. Viena: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

Consultas ao site do Arquivo Noronha Santos – IPHAN. (www.iphan.gov.br/ans).